

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

A
QUESTÃO
SOCIAL
NO NOVO
MILÉNIO

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

RECICLANDO INDIVÍDUOS E CONSTRUINDO CIDADÃOS: A MANUTENÇÃO DO DISCURSO HIGIENIZADOR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA CURITIBA DO SÉCULO XXI

Cristiane Faria Caiado/FIC

e-mail: ccaiado@terra.com.br

A abordagem teórica e metodológica que dá sustentação ao presente artigo é resultante de leituras que trazem como fio condutor a preocupação não somente em descrever um processo histórico e sociológico, mas também em interpretá-lo à luz das relações de poder envolvidas no cenário curitibano na passagem para o século XXI. Nesse trabalho de pesquisa, pretende-se investigar a afluência da modernidade e suas derivações sobre as relações sociais, que permeiam a origem histórica das cidades e promovem o desenvolvimento de uma sociedade do trabalho que favorece a intensificação e o aprimoramento das formas de poder e de controle sobre os indivíduos em posição de marginalidade socioeconômica.

O que aqui se propõe é a análise do conteúdo simbólico presente no processo de associação dos carrinheiros e catadores de papel à Cooperativa dos Catadores de Papel da Vila Parolin, a ser procedida através da coleta de informações documentais, além de estar prevista a observação local da rotina de atividades e a avaliação do material institucional da cooperativa, com vistas à identificação do discurso ideológico presente no processo de

filiação à instituição.

No contexto das abordagens sobre a sujeira e as práticas higienizadoras reproduzidas na organização das cooperativas de coleta e separação de resíduos sólidos nos grandes centros urbanos, partiu-se para a elaboração das seguintes hipóteses de pesquisa: a) no processo de filiação à cooperativa estão presentes práticas discursivas análogas àquelas presentes na construção ideológica da noção de trabalho desenvolvidas nos séculos XVIII a XX, com ênfase no processo de proletarização da plebe como instrumento mantenedor da hegemonia das elites políticas e da burguesia local; b) nas estratégias de atração de novos membros à cooperativa reforça-se a ideologia da filiação à instituição como caminho para a (re)inserção socioeconômica e política de seus associados; c) na passagem para a condição de membro associado à cooperativa, o indivíduo apresenta tendências tanto de conformidade quanto de resistência às normas institucionais, que tendem a ser revistas e reconstruídas de forma a garantir a manutenção da coesão institucional.

Futuramente, partir-se-á para o estudo dos depoimentos dos dirigentes e trabalhadores filiados à cooperativa, a fim de constatar se a realidade socialmente construída atinge de forma equivalente os indivíduos envolvidos no processo de filiação. Para tal, propõe-se a elaboração de questionários e entrevistas, contendo questões abertas e semi-estruturadas, cujas respostas serão transcritas e reunidas no final do trabalho. O método a ser utilizado será o da entrevista não-diretiva que, a despeito de suas limitações quantitativas, apresenta maior capacidade de aprofundamento na subjetividade dos entrevistados, na medida em que a eles concede maior liberdade de expressão.

Reconhecidas as limitações e dificuldades inerentes à pesquisa social, este trabalho deverá ser orientado por princípios metodológicos que venham a promover uma maior aproximação da realidade, haja vista a impossibilidade dos procedimentos científicos em prover explicações que se estabeleçam como absolutas ou definitivas no enfoque dos fenômenos sociais (THIOLLENT, 1985). A intenção é desenvolver um material que venha a possibilitar, futuramente, o aprofundamento em outras temáticas que, a despeito de sua relevância sociológica, recebem nesse momento uma menor atenção, face à necessidade

epistemológica em proceder ao recorte espaço-temporal que pretende tornar viável a realização da presente proposta de trabalho.

Esse trabalho também visa contemplar as origens históricas das políticas públicas curitibanas de inserção profissional com base na coleta de lixo e separação de materiais recicláveis e sua funcionalidade para a revitalização da imagem de Curitiba como cidade-modelo na entrada do século XXI, colocando-se o seguinte problema de pesquisa: de que forma a representação social de Curitiba como cidade-modelo favorece a invisibilização das condições de vida deficitárias da população carente local, que tem na coleta de lixo sua principal fonte de renda e como a profissionalização dos catadores de papel aparece como instrumento de resgate da dignidade individual no discurso das lideranças regionais?

Assim, torna-se apropriado investigar como o discurso da cidadania é apropriado e utilizado pela gestão municipal no intuito de invisibilizar as condições de degradação enfrentadas pela classe trabalhadora que subsiste da manipulação de lixo reciclável, garantindo a manutenção do posicionamento de Curitiba como cidade modelo no Brasil e no exterior. Um caminho que se coloca é tratar a reprodução das práticas higienizadoras na organização das cooperativas de coleta e manuseio de resíduos sólidos e sua influência sobre a construção da identidade dos membros associados, utilizando-se como espaço de investigação a Cooperativa dos Catadores de Papel do bairro do Parolin em Curitiba-PR.

A relevância em proceder à abordagem da construção de sentidos sobre a sujeira nos últimos séculos está em proporcionar um estudo sobre a manipulação ideológica do universo simbólico das instituições reguladoras do comportamento social no processo civilizador, que se têm apropriado de diferentes formas de representação do contato com agentes entendidos como poluidores (lixo, dejetos, odores) — ora como perigo, ora como instrumento de regeneração — como forma de ordenamento social. Sua contribuição, portanto, será a de promover a compreensão das práticas sociais reproduzidas pelas cooperativas de coleta e manuseio de resíduos sólidos de forma a neutralizar as imagens de perigo e contágio originariamente destinadas à sujeira, utilizando-se da idéia do potencial “regenerativo” que as atividades de manuseio do lixo reciclável — como alternativa ao

desemprego e marginalidade socioeconômica — possuiriam sobre os indivíduos filiados a essas instituições.

A escolha de Curitiba dá-se em função de seu caráter emblemático de cidade que busca posicionar-se, em nível nacional e internacional, como um modelo de urbanização que privilegia as práticas de preservação ambiental vinculadas à inserção social de camadas menos favorecidas economicamente. Inclusive, tem-se observado com frequência nas últimas décadas a utilização constante de instrumentos midiáticos por parte das lideranças municipais, visando à construção de uma imagem de Curitiba como cidade capaz de atender às demandas da modernidade sem cair nas armadilhas da exclusão social, tendo como base sua iniciativa em estender à população pobre a possibilidade de participação ativa nas políticas de reaproveitamento do lixo urbano.

Finalmente, a justificativa para a escolha da Cooperativa de Catadores de Papel da Vila Parolin está em sua condição de ambiente que possibilita a observação das diversas fases que compõem o ritual de passagem dos catadores de papel independentes para a condição de membros associados à cooperativa, bem como as transformações que decorrem da dialética social que se opera entre o indivíduo e a organização institucional, construindo novas sociabilidades e remodelando o universo simbólico compartilhado no interior dessas organizações.

Os principais objetivos do presente artigo são avaliar a dinâmica das abordagens sobre a sujeira e as práticas higienizadoras reproduzidas na organização das cooperativas de coleta e separação de resíduos sólidos nos grandes centros urbanos, com ênfase para o compromisso público que assumem em promover a inserção socioeconômica da população pauperizada, supostamente viabilizada no processo de filiação à instituição. Os objetivos secundários, por sua vez, serão buscados na investigação futura a ser realizada e podem ser relacionados da forma que segue: identificar, no processo de filiação à cooperativa, os traços remanescentes da construção ideológica da noção de trabalho desenvolvidas nos séculos XVIII a XX, com ênfase no processo de proletarização da plebe como instrumento mantenedor da hegemonia das elites políticas e da burguesia local, além de demonstrar como os

indivíduos significam sua passagem para a condição de membros associados à cooperativa, identificando eventuais tendências de conformidade ou resistência às normas institucionais e avaliando a capacidade de intervenção individual na estruturação normativa das organizações.

4. À GUIA DE REVISÃO DA LITERATURA

Tratar do tema da sujeira evoca a idéia de elementos em decomposição e dos perigos vinculados à sua proximidade, tornando-se necessário resgatar na história da civilização ocidental a origem da preocupação com o estado degenerativo dos cadáveres e de seu acondicionamento, que emerge no século XVII na forma de uma preocupação particular de cada indivíduo em relação à morte, em oposição à idéia de fim coletivo da espécie, característica do século anterior.

O interesse dedicado às imagens da decomposição física nas artes e na literatura é aparentemente inexistente até o início do século XV, quando então as menções às imagens da morte passam a estar presentes com maior frequência na poesia, fazendo-se acompanhar também do horror à doença e à velhice (ARRIÈS, 2003). A partir de então, a decomposição parece revestir-se de um significado funesto, um sinal de fracasso do homem, mas de configuração distinta daquela observada nas sociedades industriais contemporâneas: no período que antecede o século XVI, a oposição à morte vinculava-se primordialmente ao seu potencial em separar o homem das coisas com as quais ele convivia e que eram por eles possuídas e compartilhadas durante a vida, desde sua casa até seus animais domésticos e bens pessoais. O que equivale a dizer que a morte fazia-se indesejável, fundamentalmente, por decretar a ruptura do convívio social e das relações com os elementos humanos e materiais que ordenavam o mundo dos vivos.

Entretanto, na metade do século XVIII, a medicina passa a relacionar as causas de origem de focos epidêmicos à emanção de substâncias de cadáveres em processo de putrefação, o que redundava na iniciativa do Estado em promover a proibição de sepultamentos

em igrejas — uma prática comum à época — e a transferência dos cemitérios para fora da cidade de Paris, em 1774. Paulatinamente, o caráter infeccioso atribuído aos corpos em decomposição promoveu uma mudança significativa nos procedimentos funerários, transformando no breve período de três décadas tradições milenares ligadas à morte e suas formas de significação (ARRIÈS, 2003, p. 173-174).¹ Aos mortos passou então a ser atribuída a capacidade de interferência maléfica na saúde pública, como fonte de contágio, levando inclusive o prefeito e barão George Haussmann, no período de 1853 a 1870, a institucionalizar em Paris medidas de “segurança” nas práticas de sepultamento que despertaram a indignação de grande parte da população, dada a forma através da qual o ordenamento positivista e seus reflexos sobre o planejamento urbano interferiam no território sagrado do tratamento tradicionalmente dispensado aos mortos e às práticas funerárias nesse período.

Assim, o horror à contaminação seguiu permeando o cotidiano das grandes cidades européias que, com o desenvolvimento das atividades comerciais, passaram a concentrar grandes contingentes populacionais no interior das nascentes zonas industriais. Esse movimento trouxe consigo problemas ligados à deposição e alocação deficitária de detritos humanos e animais, dentre outros, o que viria a facilitar a interferência da medicina no âmbito das políticas urbanas, na forma de uma organização médica estatal com poderes de intervenção sobre as formas de planejamento do espaço coletivo. Inspirada no modelo da quarentena, plano de urgência desenvolvido para controle da peste e de doenças epidêmicas nas principais cidades européias na Idade Média, desenvolve-se no século XVIII a medicina urbana, que apresenta como principais objetivos a análise das regiões densamente povoadas — interpretadas como focos de “contágio” —, o controle da circulação do ar e da água e a organização dos elementos necessários à vida urbana de forma de evitar o perigo inerente à

¹ O autor fala da existência, já na Idade Média, de uma literatura médica, onde se mesclam traços também de alquimia e astrologia e que narram, com certa riqueza de detalhes, fenômenos fantásticos descritos com cadáveres e que estariam ligados à intervenção de forças sobrenaturais demoníacas, dentre elas destacando-se a obra *De miraculis mortuorum*, do médico alemão e protestante L. C. F. Garman, escrita em 1709. Entretanto, até esse período, o cemitério era visto como um local reservado à sociabilidade, destinado a encontros e até alguns tipos de jogos, a despeito de eventuais pedaços de cadáveres mal encobertos e de seus de suas respectivas emanções, futuramente classificadas como variantes dos chamados “miasmas”.

concentração populacional, fator de propensão ao desenvolvimento de focos de contaminação (FOUCAULT, 1979, p. 89-93). Nesse contexto, a natureza em estado bruto passou a configurar-se objeto da ação “regeneradora” da intervenção humana, que encontrava no discurso médico a legitimidade para intervir estruturalmente na constituição espacial das cidades em processo de urbanização.

A racionalidade médica, cuja capacidade de intervenção apoiava-se na legitimidade da luta contra os perigos do crescimento descontrolado das cidades, fez com que os ideais da higiene — que viria até a transformar-se em uma disciplina contemplada na formação médica² — prevalecessem e fizessem-se presentes não somente na construção de um espaço urbano livre de contaminação, mas na constituição do modelo de homem urbano civilizado. Sistemáticamente, o ideal de purificação adentra novos espaços, desde escolas a presídios, de cemitérios a quartéis, de hospícios a hospitais, invadindo as frestas mais recônditas das instituições sociais, como o lar e a escola e reforçando a importância da assimilação do ideário médico-higienista para a formação dos indivíduos para a vida em sociedade. Mais do que promover a purificação dos espaços urbanos, fazia-se necessário promover a formação de indivíduos que não configurassem ameaça ao ordenamento da paisagem, estruturada de forma a acondicionar um mundo moderno, construído pelos representantes da racionalidade instrumental da ciência e da burguesia (SCHORSKE, 1988). Na lógica liberal de um mundo moderno a ser iluminado pela razão e no qual os homens tornar-se-iam emancipados através do conhecimento, era preciso reduzir a influência dos mitos e tradições religiosas no ordenamento das suas próprias vidas, sob pena de um indesejável retrocesso ao atraso e ao obscurantismo do medievo. Uma justificativa para que se empreendesse não somente nas cidades européias, mas em todas aquelas que buscavam modernizar-se, uma espécie de “perfumaria urbana”, uma renovação estética do espaço social, em que não somente os cemitérios e matadouros, mas também a população pobre e “suja”, era varrida para os subúrbios, em grande parte devido às intervenções policiais, aos altos preços dos aluguéis e à proibição de funcionamento de pensões, bordéis e casas de jogo nas zonas classificadas como

² No Brasil, ressalta-se a influência do médico Alfred Becquerel, professor da Faculdade de Medicina de Paris na segunda metade do século XIX, que no Brasil faz-se presente nos anos de 1920 através das obras de Renato Kehl, autor da *Bíblia da saúde (Hygiene)*, dentre outros trabalhos. Para maiores detalhes, ver GONDRA (2003).

“nobres”.

Entretanto, o processo de modernização — a despeito de apresentar o desenvolvimento tecnológico como fator de liberação do indivíduo das dificuldades da vida em sociedade — fez-se acompanhar de um ordenamento do mundo baseado na troca e voltado à aceleração da produção e do consumo, condenando um grande contingente de indivíduos pauperizados a buscar nas grandes cidades os meios de reprodução social que o trabalho rural já não se configurava capaz de assegurar. Intensificam-se os deslocamentos de famílias para as grandes cidades, que passam a compartilhar espaços pequenos e precariamente construídos junto aos grandes centros industriais, fazendo com que a mão-de-obra necessária ao processo de acumulação capitalista viesse a configurar-se, ela mesma, um foco de perigo e de contágio, um compartimento escuro que não tardaria a ser denunciado e inundado pelas luzes racionalizantes do liberalismo burguês.

Para lidar com o perigo e eliminar a possibilidade de doença representada pelo processo de proletarização da plebe, era preciso exercer um controle médico sobre a pobreza, adentrar seus espaços, desenvolver uma medicina que fosse *essencialmente, um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas* (FOUCAULT, p. 97).³ Num momento em que a positividade do trabalho emergia como discurso ideológico hegemônico, os indivíduos ociosos representavam os tumores maléficos que ameaçavam a saúde social. Para a sociedade burguesa, a ociosidade era um mal a se extirpar e o Estado foi chamado a intervir na cruzada contra os perigos da desocupação, recolhendo mendigos, imigrantes pobres, desempregados, desocupados e crianças abandonadas em instituições especializadas no redirecionamento de suas “tendências desviantes” no sentido do amor à ordem e ao trabalho, da observância das normas hierárquicas e da simpatia aos princípios civilizadores. Coube aos idealizadores dessa “sociedade do trabalho” tomar as providências para isolar e controlar os elementos destoantes — a diferença, a doença — e, tal como em todas as culturas, criou normas de diferenciação

³ O autor aqui faz alusão às razões que fizeram com que pobreza se configurasse fonte de perigo no final da metade do século XIX, dentre elas o potencial dos pobres em aderir às revoltas políticas e agir como pólo disseminador de doenças, dadas as condições de miserabilidade de suas habitações.

para reduzir as ambigüidades: controlando fisicamente a anomalia e classificando-a como perigosa, estabelecendo a regra que determinava o que se configurava como desvio e tratando a impureza como assunto inoportuno, um inimigo da padronização que se pretendia alcançar (DOUGLAS, 1976). A racionalidade instrumental que originariamente ditou a configuração espacial das ruas, das casas, das praças, das instituições comerciais e dos órgãos públicos estendia-se então aos indivíduos, pois havia uma natureza rebelde na evolução tanto das cidades quanto dos seres humanos, a ser controlada pelos cientistas, médicos e urbanistas, forças aliadas no ideal da purificação da vida em sociedade.

Desta forma, as cidades que se pretendiam firmar como modelos de planejamento urbano e social passam a traçar uma linha divisória entre a saúde e a doença a ser controlada, entre a população sadia e aquela “carente” de cuidados especiais por parte do Estado civilizador, como é possível observar no enfoque das formas de disciplinarização ocorridas no processo de urbanização na capital curitibana no final do século XIX e início do século XX (DE BONI, 1985). É, portanto, através de seus órgãos e políticas assistenciais que o poder público passa a endereçar uma carga maior de discriminação e controle sobre os indivíduos que integram grupos sociais entendidos como desviantes, desenvolvendo estratégias que busquem convertê-los — mesmo que de forma simbólica — em “cidadãos”, reincorporando-os à sociedade e possibilitando sua adaptação às exigências da vida econômica moderna. Uma vida onde o progresso era visto como tendência natural, onde os desejos materiais e morais já não poderiam ser satisfeitos localmente, onde a exploração de si mesmo e dos outros era naturalizada; um mundo cujo funcionamento parecia reduzir-se à finalidade essencial de produzir coisas e de seres cuja duração era estabelecida pela dimensão de sua utilidade. Assistia-se à emergência de uma sociedade que envidava grande parte dos seus esforços em destruir e aperfeiçoar seu instrumental de aniquilação dos valores tradicionais, encontrando na lógica de mercado e em sua “autodestruição criadora” a mola propulsora de seu próprio desenvolvimento (BERMAN, p. 117-118).

É nessa sociedade racional-instrumental-econômica que originariamente se desenvolve o ideal burguês da regeneração pelo trabalho, orquestrando o esforço sistemático

das políticas públicas em promover a inserção das classes “carentes” na esfera da produção e do consumo. No caso curitibano, um processo de invisibilização das disparidades sociais, na medida em que limita a possibilidade de inserção somente a quem se ocupa “produtivamente”, buscando conferir legitimidade — e até dignidade — às formas precarizadas de trabalho, como o manuseio e reaproveitamento do lixo das classes economicamente mais favorecidas, objeto da pesquisa que se pretende desenvolver.

No processo contínuo de fragmentação da força de trabalho que decorre das crises de acumulação capitalista, resta a muitos indivíduos na atualidade a opção de inserir-se na economia informal, ocupando-se como carrinheiros ou catadores de papel, atividade que a despeito de um alto nível de estigmatização social apresenta-se, para muitos, como condição preferível à marginalidade socioeconômica. Vê-se o caso de Curitiba, onde se tem observado, nos últimos anos, um aumento expressivo dos indivíduos que se dedicam ao trabalho de coleta e separação do lixo reciclável, uma iniciativa que tende a contar com o incentivo das lideranças políticas, na medida em que favorece a construção de um imaginário popular da capital paranaense como cidade que consegue vincular a preocupação com o meio ambiente à criação de oportunidades de trabalho para a população local menos favorecida. Dito de outra forma, o que se observa no modelo curitibano de gestão das políticas públicas é o refinamento das práticas de manipulação do universo simbólico inerentes ao devir histórico da civilização ocidental, que privilegia os instrumentos de dominação ideológica alternativamente à repressão violenta ou à aplicação de outras formas aparentemente mais opressoras de controle social.

Com ênfase ainda na experiência paranaense, ANDREAZZA e TRINDADE (2001) descrevem as formas materiais e simbólicas através das quais as instâncias do progresso desenvolvem-se na região. Seus estudos mostram a marca da ação do poder público em sua preocupação com a salubridade e a higiene no Brasil, características da Primeira República (1889-1929) e as formas através das quais se institucionalizam “posturas”⁴ de urbanização

⁴ Em 22 de junho de 2004, foi aprovado o novo “Código de Posturas e Obras do Município” de Curitiba, onde estão contidas regras relacionadas a obras, edificações, saúde, ambientais e de costumes, o qual substitui o documento que vigorava desde 1953.

que levam Curitiba a firmar-se, no futuro, como uma cidade a ser entendida como modelo para as demais capitais do Brasil e do mundo. A urbanização da capital paranaense segue aos padrões de construção da cidade idealizada pelo modelo higienista e, utilizando-se uma metáfora fisiológica característica do final do século XVIII, pode ser concebida por muitos na forma de um corpo capaz de fazer circular para todos os seus órgãos — principalmente ao cérebro e ao coração — a energia vital asseguradora da saúde mental e corporal (SENNET, 2001). Ressalte-se aqui a posição de destaque que as sucessivas administrações públicas municipais conferiram nas últimas décadas aos esforços de melhoramento de seu “aparelho circulatório”: o sistema de transporte coletivo, apresentado com regularidade pelos órgãos de comunicação como motivo de “orgulho” da população local.

Assim, Curitiba e outras cidades, permeadas de desigualdades sociais que se reproduzem em meio à efervescência cultural da modernidade, servirão como berço aos anseios de uma população “carente” não somente de consumos de ordem material, mas também de participação na vida pública, da sensação de pertencimento, do sentir-se “cidadão” (SANTOS, 2002). É dessa lacuna que se apropria o discurso político das cooperativas de coleta e manuseio de resíduos sólidos, apresentando a filiação à instituição como uma espécie de oportunidade de resgate da cidadania⁵, oferecida pela cidade aos seus habitantes menos favorecidos economicamente.

Por outro lado, observa-se nas iniciativas de modernização das cidades a passagem da solidariedade mecânica — típica das sociedades pré-capitalistas — para a solidariedade orgânica, fenômeno que decorre da acelerada divisão do trabalho social, onde prepondera a dinâmica histórica do modelo capitalista, que viabiliza a formação de uma “sociedade do

⁵ Cabe aqui a contestação quanto à possibilidade de conquista da cidadania pelas classes pauperizadas, colocada por Nelson Rosário de SOUZA (2001, p. 118):

Ao ser constituído como “carente” pelos planejadores urbanos o indivíduo sofre a restrição [e não a expansão] na sua cidadania e é atingido por uma dose suplementar de discriminação e controle. O carente será objeto de políticas especiais adequadas à sua condição. As demandas dos “carentes” estão no extremo oposto daquelas dos proprietários na escala de “necessidades” elaboradas pelo urbanismo. A razão técnica que objetiva alcançar o desenvolvimento só pode se pautar pelas necessidades dos proprietários, que são as necessidades da cidade enquanto corpo saudável. [grifo nosso].

trabalho”, que se origina da inversão de posições entre a contemplação e a ação humana no plano da vida em sociedade. Em Curitiba, uma transição que se pode observar no estudo das práticas de controle sobre a mendicidade e vadiagem na cidade no final do século XIX e início do século XX, onde indivíduos que adotavam uma conduta de negação ao trabalho eram considerados agentes poluidores, por resistirem à padronização de comportamentos em uma sociedade que se considerava, ela própria, instituída a partir do trabalho. Sobre esses indivíduos é que se impunham diferentes discursos de saber, de forma a quebrar sua resistência e torná-los mais receptivos às práticas de poder (KARVAT, 1998, p. 34).

Reforça-se, nesse contexto, a atuação das entidades assistenciais no refinamento das formas de controle sobre o comportamento em sociedade, através da validação de normas de conduta individuais. Uma situação que favorece a emergência de um racismo de Estado que, seguindo aos modelos de eugenia social, é *um racismo que uma sociedade vai exercer sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos: um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social* (FOUCAULT, 1999, p. 73). Nesse contexto, a sociedade é concebida como organização naturalmente saudável, capaz de engendrar em sua própria estrutura instrumentos de defesa contra os elementos patogênicos, de forma análoga à produção de anticorpos pelo organismo humano na abordagem das ciências naturais.

Trazendo o enfoque para o objeto dessa pesquisa, o que se observa no contexto curitibano é o intento das lideranças municipais em permitir e até incentivar a organização política dos indivíduos que trabalham com a coleta e manuseio de resíduos sólidos — e é aí que se incorpora o discurso da cidadania — mas de forma restrita e condicionada às aspirações das lideranças regionais, ou seja, dentro dos formatos e regras validados pela cooperativa. O que se observa, portanto, é a dinâmica das forças que caracterizam o processo histórico em constante mutação, dada a maior ou menor capacidade das elites políticas ou econômicas de interferirem na construção da realidade social.

Por outro lado, aos limites estabelecidos pela instituição normalizadora coloca-se a realidade construída pelos homens, que ao modificarem o espaço em que habitam, modificam também suas relações sociais e, por conseguinte, intervêm de forma ativa na reconstrução de

novas formas de vida em sociedade (BERGER; LUCKMANN, 1999). Sendo, portanto, as instituições criadas e recriadas pelos homens, não há como desvincular a ação humana na configuração de novas formas de sociabilidade, sob pena de recair-se na armadilha determinista do automatismo humano e distanciar-se da abordagem da dialética social, sobre a qual se pretende desenvolver o presente projeto de pesquisa.

No contexto da revisão da literatura e definição de linhas teóricas, a abordagem da modernidade utilizada será a de Anthony GIDDENS (1991), em seus estudos voltados à crítica do que alguns autores caracterizaram como o advento da “pós-modernidade”. Uma visão a ser complementada pela abordagem da mudança da natureza das estratégias de acumulação do capital, presentes em David HARVEY (1993), o qual descreve as mudanças institucionais e organizacionais implementadas nas relações de produção e de trabalho, as quais redefinem os papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, convocados a agir de forma mais efetiva nas garantias de lucratividade empresarial. É nesse contexto que se desenvolve o regime de acumulação flexível que, em linhas gerais, pode ser caracterizado pelos seguintes fenômenos:

...surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...) e rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1993, p. 140).

Cabe aqui a percepção de MÉSZÁROS (2002, p. 342) ao colocar a questão das formas “flexíveis” como um eufemismo cuja funcionalidade está em escamotear o processo contínuo de fragmentação e precarização da força de trabalho. Uma situação que se estende aos habitantes das grandes cidades, restando a alguns a submissão às atividades de natureza degradante ou insalubre como condição preferível à marginalidade decorrente da incapacidade em prover sua reprodução social. É como se apresenta o caso de Curitiba, onde tem-se observado, nos últimos anos, um aumento expressivo do número de carrinheiros e catadores de papel. Uma atividade que, com certa frequência, é realizada com equipamentos cedidos pela própria prefeitura, numa iniciativa que reforça a intenção das lideranças locais em disseminar a imagem de uma cidade que consegue vincular a preocupação com o meio

ambiente à criação de oportunidades de trabalho para a população local menos favorecida.

É possível observar, portanto, que o modelo curitibano de gestão segue um padrão de refinamento dos instrumentos de dominação e controle social intrínseco ao movimento histórico da civilização ocidental, que tende a utilizar-se da dominação simbólica em detrimento da repressão violenta ou da aplicação de outras formas opressoras de controle social. Promove-se, nesse contexto, uma construção compartilhada da realidade social, onde a realidade mescla-se ao mito, esse *ingrediente vital da civilização humana* [que,] *longe de ser uma fabulação vã, é, ao contrário, uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; [o mito] não é uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática* (ELIADE, 1991, p. 23). É o que demonstra uma nota de um periódico acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, em Portugal, que comenta a experiência urbana da capital paranaense:

A experiência de Curitiba nada tem a ver com uma "utopia" ecológica desligada da envolvente social brasileira. Não é portanto um "modelo" fechado que vive por exclusão esquizofrênica da restante realidade brasileira.

Contudo, contendo no seio da sociedade-cidade todos os contrastes e contradições da sociedade brasileira (a pobreza e a opulência) assiste-se também a uma realidade singular que não deixa de nos surpreender. Aqui, nesta experiência urbana, existe uma estratégia envolvente que sem rigidez nem purismos vai entrelaçando desejos e realidades, vai despoletando a participação das populações num movimento de pedagogia social, em que a utopia se concretiza e a realidade vivida tem referências românticas dum idealismo cívico e ecológico que o pessimismo conservador julgava impossível .

Duma forma sintética julgo que o segredo desta experiência reside no facto de se ligarem aspirações sociais aos interesses individuais e esses mesmos interesses às aspirações, graças a uma mobilização contínua na solução dos problemas, gerando-se pela prática a consciência acrescida das populações e do seu papel na transformação e mudança de vida.

A campanha "lixo que não é lixo - lixo que é riqueza" promoveu, à escala do bairro, uma mobilização popular forte. Os mais desfavorecidos, com o apoio de carrinhos distribuídos pela municipalidade, transformaram-se nos "catadores de papel" e descobriram que o lixo era assim moeda de troca no "câmbio verde" organizado pelo município. (RODRIGUES, 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREAZZA, M. L.; TRINDADE, E. M. C. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. 129 p. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).
- ARENDR, H. A sociedade de consumidores. In: **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 138-148.
- ARRIÈS, P. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 312 p.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A sociedade como realidade objetiva. In: **A construção social da realidade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 69-172.
- BERMAN, M. Tudo o que é sólido desmancha no ar: Marx, Modernismo e Modernização. In: **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 85-126.
- DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Curitiba, 1985. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- DOUGLAS, M. Profanação secular. In: **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 43-56.
- DUDEQUE, I. **Cidade sem véus: doenças, poder e edesenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995. 188p.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. In. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-316 (Coleção Tópicos).
- _____. O nascimento da medicina social. A política da saúde no século XVIII. O olho do poder. p. 209-228. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. p. 19-98; 193-228.
- GOFFMAN, E. Controle de informação e identidade pessoal. In: **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. p. 51-115.
- GONDRA, J. G. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Caderno CEDES**. Campinas, abr 2003, v. 23, n. 59, p. 25-38.
- KARVAT, E. C. Vadios e mendigos: dentro e fora das leis. In: **A sociedade do trabalho**. Discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 15-37.
- MARQUES, V. R. B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos. **Caderno CEDES**. Campinas, abr 2003, v. 23, n. 59, p. 57-78.
- MAYER, G. **Representação do moderno urbano na cidade de Curitiba**. Curitiba, 1985. 41 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- MUMFORD, L. De megalópolis a necrópolis. Vida doméstica urbana medieval. In: **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 227-266; 307-342.
- PEREIRA, M. R. M. (Org.). **Urbanização de Curitiba**. Plano Agache. 1943. Monumenta. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000,. Primavera 1999. Curitiba. p. 150-160.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Ed USP, 2002. p. 313-330.

SCHAAF, M. B.; GOUVEA, R. R. Significados da urbanização: traços e fontes do historiador. In: SÁ, C. (Org.). **Olhar urbano, olhar humano.** São Paulo: IBRASA, 1991. p. 55-80.

SCHORSKE, C. E. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano. In: **Viena fin-de-siècle: política e cultura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 43-124.

SENNET, R. **Carne e pedra.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 362 p.

SOUZA, N. R. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, 2001, n.16, p. 107-122.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária,** 4 ed. São Paulo: Polis, 1985.